

ANO 1 - Nº 1

março 2000

REFLEXÃO

A GENEROSIDADE

A CAPACIDADE DE DOAR

INSTITUTO
ETHOS

Instituto Ethos Reflexão é uma publicação do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, distribuída gratuitamente aos seus associados.


Agradecimentos

Livraria Martins Fontes Editora, que autorizou a reprodução parcial do capítulo "Generosidade", do livro – Pequeno tratado das grandes virtudes, autoria de André Comte-Sponville, 1999.
Tradução de Eduardo Brandão.

Jornal Folha de São Paulo, que autorizou a reprodução integral do artigo "A capacidade de doar", de Jurandir Freire Costa, publicado no Caderno Mais de 9/1/2000.

Jurandir Freire Costa, autor do artigo.

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
Rua Francisco Leitão, 469 – 14º andar – Conj. 1407
05414-020 – São Paulo – SP
Tel./Fax: (0xx11) 3068.8539
e-mail: ethos@ethos.org.br
visite o nosso site: www.ethos.org.br



Existe um impulsor humano natural responsável pela generosidade? O que levaria sermos mais ou menos predispostos a atuar como voluntários de ações sociais? Decide pelo coração ou pela vontade da razão, o empresário que investe um percentual do faturamento da empresa em projetos socialmente responsáveis?

A Responsabilidade Social tem várias facetas: conceitual, estratégica, prática. Todas de extrema importância e relevantes para o processo de incorporação da Responsabilidade Social Empresarial, uma dinâmica que se constrói todos os dias.

Foi pensando nos três principais eixos da responsabilidade social – conceito, estratégia e prática, que criamos o Instituto Ethos Reflexão, uma publicação voltada ao exercício do pensamento ético e para desenvolver o espírito crítico nas organizações.

Uma ótima leitura.

APRESENTAÇÃO

Na era da informação, falta conhecimento, falta reflexão. Recebemos uma enxurrada de notícias, opiniões e conceitos todos os dias que, fragmentados e viciados na própria repetição, nos afastam da experiência mais cara e conseqüente que é tomar consciência de nós mesmos e dos outros, da teia que faz o mundo e impõe uma realidade aparentemente conhecida.

Quem de nós nunca associou generosidade à solidariedade, amizade, justiça, ou no simples ato de dar esmola a uma criança desamparada, ou quem sabe no próprio ato de amar?

Ao refletirmos, o que parece óbvio pode tornar-se surpreendente, o que concebemos de nós mesmos e das nossas atitudes pode tomar caminhos tão inesperados que é como se experimentássemos uma descoberta, um contato irreversível, capaz de mudar nossa visão da vida e de nós mesmos.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, espera poder contribuir para o afloramento de uma nova consciência pessoal e social e, para isso, selecionou e reproduziu trechos do Capítulo “Generosidade”, do livro - Pequeno Tratado das Grandes Virtudes, Livraria Martins Fontes Editora, 1999.

O autor, André Comte-Sponville, professor de filosofia e mestre de conferências da Universidade de Paris I (Pantheon-Sorbonne), coloca-nos diante da possibilidade de esmiuçar, dentre outras virtudes, o sentido de generosidade.

Num ambiente massacrado por idéias de competição, em que a glória de um torna-se necessariamente a derrota de outro, e nada se justifica sem compensação, o filósofo sustenta que dentre as virtudes a generosidade é fundamentada exatamente na falta de interesse em qualquer retribuição. E nisso reside sua nobreza. Ao reconhecer na generosidade a dádiva, o dom de que todos fomos dotados, Comte-Sponville encontra eco no artigo “A Capacidade de Doar”, do psicanalista e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Jurandir Freire Costa, publicado no caderno Mais, da Folha de São Paulo, do dia 9 de janeiro de 2000, que reproduzimos na íntegra.

Nesse artigo, Costa sustenta que a concepção de que todo o interesse é intrínseco à necessidade de posse ou aquisição é simplesmente um preconceito.

Comte-Sponville segue a mesma linha para mostrar que generosidade é um ato da vontade e, por isso, é libertário. Ele desenvolve a tese fazendo um discernimento entre a generosidade e as virtudes que costumam ser confundidas com ela. Para o filósofo, ser generoso, por

exemplo, é diferente de ser justo. A justiça, argumenta, trata de atribuir a cada um o que é seu, mas, a generosidade, cuida de oferecer o que é de quem oferece e falta ao outro. A justiça está ligada ao que é objetivo, universal, intelectual, e a generosidade é mais subjetiva, afetiva, espontânea. A justiça pode estar preservada numa declaração de direitos humanos e o justo pode guiar-se por ela. A generosidade, no entanto, é agir, não em razão de um determinado mandamento ou lei, “mas além deles e unicamente com as exigências do amor, da moral e da solidariedade”.

A solidariedade, na visão de Comte-Sponville, se pode inspirar generosidade, também pode opor-se a ela no que tem de essencial. Ser solidário é pertencer a um conjunto in sólido, “para o todo”, está relacionado a solidez, de que solidariedade provém: um corpo sólido é aquele em que todas as partes se sustentam, de modo que tudo o que acontece com uma acontece também com a outra ou repercute nela. Assim, solidariedade pressupõe coesão, interdependência de uma comunidade de interesses. Nos movimentos políticos, tanto os integrantes de um grupo como os de seu oponente são solidários entre si. Mas só entre si, e porque têm os mesmos interesses. Então, “ao defender o outro nada mais faço do que defender a mim mesmo...”. O filósofo argumenta que esse procedimento não tem nada de censurável, “mas está por demais vinculado ao egoísmo”.

E o amor? O amor ao próximo, mote das religiões, não bastaria para reunir todas as virtudes de que somos capazes? Comte-Sponville encontra em Jankélévitch a distinção: “A generosidade pode não ser amante, mas o amor é quase necessariamente generoso”. A generosidade tende a confundir-se com o amor, mas a questão é que pode existir sem ele. A generosidade depende da vontade, o amor, não.

Ser generoso é exatamente dar sem amar, conclui o filósofo. Porque dar, quando se ama, está ao alcance de qualquer um. Só precisamos de generosidade na falta de amor. Se você amasse um estranho que estivesse com fome, não faria nada para ajudá-lo, se você o amasse como a si mesmo?

A generosidade, diz Comte-Sponville, é o cruzamento de duas virtudes: magnanimidade e liberalidade. O magnânimo não é nem vaidoso nem baixo, o liberal não é nem avaro nem pródigo. Segundo o autor, a generosidade é a virtude do dom, pode ser dom de dinheiro (a liberalidade) ou dom de si (a magnanimidade, ou até o sacrifício).

Ser generoso é saber-se livre para agir bem e querer-se assim. O homem generoso não age tão somente movido por seus interesses e afetos, não é prisioneiro deles. Ao contrário, é senhor de si. A vontade lhe basta, diz Comte-Sponville.

A GENEROSIDADE

André Comte-Sponville*

A generosidade é a virtude do dom. Não se trata mais de “atribuir a cada um o que é seu”, como dizia Spinoza a propósito da justiça, mas de lhe oferecer o que não é seu, o que é de quem oferece e que lhe falta. Que também se possa assim satisfazer a justiça, certamente é possível (dar a alguém o que, sem ainda lhe pertencer, sem mesmo lhe caber segundo a lei, lhe é devido de uma maneira ou de outra: por exemplo, dar de comer a quem tem fome), mas isso não é necessário nem essencial à generosidade. Daí o sentimento que às vezes se pode ter de que a justiça é mais importante, mais urgente, mais necessária, e de que ao lado dela a generosidade seria como que um luxo ou um suplemento de alma. “É preciso ser justo antes de ser generoso”, dizia Chamfort, “do mesmo modo que se tem camisas antes de se terem rendas.” Sem dúvida. Como as duas virtudes são de um registro diferente, não é seguro, porém, que o problema sempre se coloque nesses termos, nem com frequência. Claro, justiça e generosidade dizem respeito, ambas, a nossas relações com outrem (principalmente, pelo menos: também podemos necessitar delas para nós mesmos); mas a generosidade é mais subjetiva, mais singular, mais afetiva, mais espontânea, ao passo que a justiça, mesmo quando aplicada, guarda em si algo mais objetivo, mais universal, mais intelectual ou mais refletido. A generosidade parece dever mais ao coração ou ao temperamento; a justiça, ao espírito ou à razão. Os direitos humanos, por exemplo, podem constituir objeto de uma declaração. A generosidade não: trata-se de agir, e não em função de determinado texto, de determinada lei, mas além de qualquer texto, além de qualquer lei, em todo caso humana, e unicamente de acordo com as exigências do amor, da moral ou da solidariedade.

O que é a solidariedade? É um estado de fato antes de ser um dever; depois é um estado de alma (que sentimos ou não), antes de ser uma virtude ou um valor. O estado de fato é bem indicado pela etimologia: ser solidário é pertencer a um conjunto *in solido*, como se dizia em latim, isto é, “para o todo”. Assim, devedores são ditos solidários, na linguagem jurídica, se cada um pode e deve responder pela totalidade da soma que tomaram emprestada coletivamente. Isso tem suas relações com a *solidez*, de que a palavra provém: um corpo sólido é um corpo em que todas as partes se sustentam (em que as moléculas, poderíamos dizer igualmente, são mais *solidárias* do que nos estados líquidos ou gasosos), de tal sorte que tudo o que acontece com uma acontece também com a outra ou repercute nela. Em suma, a solidariedade é antes de mais nada o fato de uma coe-

são, de uma interdependência, de uma comunidade de interesses ou de destino. Ser solidários, nesse sentido, é pertencer a um mesmo conjunto e partilhar, conseqüentemente - quer se queira, quer não, quer se saiba, quer não - uma mesma história. Solidariedade objetiva, dir-se-á: é o que distingue o seixo dos grãos de areia, e uma sociedade de uma multidão.

De resto, se a solidariedade é comunidade de interesses (solidariedade subjetiva), do ponto de vista moral ela vale tanto quanto valem os interesses, que não valem nada. De fato, das duas uma: ou essa comunidade é real, efetiva, e então ao defender o outro nada mais faço do que defender a mim mesmo (o que, decerto, nada tem de censurável, mas é por demais vinculado ao egoísmo para o ser à moral); ou essa comunidade é ilusória, formal ou ideal, e então se luto pelo outro já não se trata de solidariedade (pois meu interesse não está em jogo), mas de justiça (se o outro é oprimido, lesado, espoliado...) ou de generosidade (se não o é, mas simplesmente infortunado ou fraco). Em suma, a solidariedade é demasiado interessada ou demasiado ilusória para ser uma virtude. Nada mais é que egoísmo bem entendido ou generosidade mal entendida. Isso não impede que ela seja um valor, mas um valor que vale, sobretudo, na medida em que escapa ao encolhimento do eu, ao egoísmo estreita ou limitado, digamos, ao solipsismo ético. É muito mais a ausência de um defeito do que uma qualidade

Sendo este um tratado das virtudes e não um dicionário de idéias prontas, deixei, pois, a solidariedade no universo que lhe é próprio, o universo dos interesses convergentes ou opostos, dos diferentes corporativismos, ainda que fossem planetários, dos *lobbies* de todo tipo, ainda que fossem legítimos. Não acredita que sejamos todos solidários, isto é, todos interdependentes. Em que sua morte me torna menos vivo? Em que sua pobreza me torna menos rico? Não só a miséria do Terceiro Mundo não é prejudicial à riqueza do Ocidente, como esta só é possível, direta ou indiretamente, graças àquela, que ela explora ou acarreta. E o fato de habitarmos todos a mesma Terra, de sermos, pois, ecologicamente solidários, não impede que sejamos também, e mais ainda, economicamente concorrentes. Não venhamos com histórias. Não é de solidariedade que a África ou a América do Sul necessitam, mas de justiça e de generosidade! Quanto a pensar que os que têm trabalho, em nossos países, seriam solidários com os que não o têm, basta olhar o que fazem concretamente os sindicatos, em cada

ramo de atividade, para constatar que a defesa dos interesses na verdade só vale para os interesses *comuns* e que nenhuma solidariedade objetiva (nem, por conseguinte, subjetiva, pois esta só se distingue da generosidade graças àquela) bastará evidentemente para resolver o problema do desemprego, nem para empreender seriamente sua solução. Mais uma vez não é de solidariedade que se trata (pode ser que desempregados e assalariados tenham interesses divergentes ou mesmo opostos), mas de justiça e de generosidade. Pelo menos se considerarmos o problema, como convém neste pequeno livro, de seu aspecto moral ou ético. É dizer pouco afirmar que esse aspecto não é tudo; nem a política nem a economia poderiam reduzir-se a ele, nem mesmo, absolutamente, submeter-se a ele. Mas o fato de não ser tudo não significa que não seja nada. A moral só conta na medida em que queremos. É por isso que ela conta pouco, e um pouco.

Mas voltemos à generosidade. Que a solidariedade pode motivá-la, suscitá-la, reforçá-la, não há dúvida. Mas ela só é verdadeiramente generosa desde que vá além do interesse, ainda que bem compreendido, ainda que partilhado - logo, contanto que vá além da solidariedade! Se fosse de fato de meu interesse ajudar, por exemplo, as crianças do Terceiro Mundo, não precisaria ser generoso para fazê-lo. Bastaria ser lúcido e prudente.

Generosidade ou lucidez e prudência

“Combater a fome para salvar a paz”, dizia um movimento católico na década de 60. Aquilo chocava nossa juventude e nossa generosidade, que achavam sórdida essa barganha. Estávamos errados? Não sei. O caso é que, se fosse de fato nosso interesse, fariamos essa barganha, a não ser que fôssemos uns idiotas, sem que precisássemos, para tanto, ser generosos - e então a *teríamos feito* efetivamente! Não a fazermos, ou fazermos tão pouco, basta para provar que a nossos olhos este não é nosso interesse verdadeiro, que somos, pois, uns hipócritas quando pretendemos o contrário, o que não prova de maneira nenhuma que nossos olhos são ruins ou que nos falta lucidez. O coração é que é mau, pois é egoísta; a generosidade, muito mais que a lucidez, é que nos falta.

Sem querer reduzir tudo a uma questão de dinheiro, pois se pode dar outra coisa, não omitamos, porém, que o dinheiro tem o mérito, e até serve para isso, de ser quantificável. Assim, ele autoriza, por exemplo, esta pergunta: que porcentagem de sua renda você consagra a ajudar os mais pobres ou mais infeli-

zes que você? Devem-se deixar de lado os impostos, pois não são voluntários; e a família ou os amigos muito próximos, pois o amor, muito mais do que a generosidade, basta para explicar o que fazíamos por eles sem deixar, por isso (pois sua felicidade é nossa felicidade), de o fazer também por nós... Estou simplificando um pouco, até demais. Tratando-se dos impostos, por exemplo, pode ser um ato de generosidade, quando se faz parte das classes média ou abastada, votar num partido político que anunciou sua firme intenção de aumentá-los. Mas a coisa é tão rara que essa generosidade tem pouquíssima ocasião de se manifestar; e os partidos, que só sabem anunciar diminuição dos impostos, mostram com isso o crédito que dão a nossa generosidade! Julgam-me pessimista; mas quem não vê que os homens políticos o são muito mais, não obstante o que dizem, e por razões muito sólidas? Quanto à família ou aos amigos íntimos, dá-se mais ou menos a mesma coisa. É simplificar excessivamente não querer ver nenhuma generosidade possível ou necessária em relação a eles. Se bem que a felicidade de meus filhos constitua a minha, ou a condicione, nem por isso deixa de acontecer que seus desejos se oponham aos meus, suas brincadeiras a meu trabalho, seu entusiasmo a meu cansaço... são oportunidades de dar prova, ou não, de generosidade em relação a eles! Mas não é essa aqui minha intenção. Eu só queria colocar a questão de dinheiro com a maior nitidez e, para isso, globalizar - é preciso - os orçamentos familiares. Eis que, portanto, voltamos ao ponto: que porcentagem de sua renda familiar você consagra a despesas que se possam chamar de generosidade, em outras palavras, a uma felicidade diferente da sua ou de seus íntimos? Cada qual responderá por sua conta. Imagino que estaremos quase todos abaixo dos 10%, e muitas vezes, faça o cálculo, abaixo de 1%... Certo, o dinheiro não é tudo. Mas por que milagre seríamos mais generosos nos domínios não financeiros ou não quantificáveis? Por que teríamos o coração mais aberto do que a carteira? O inverso é mais verossímil. Como saber se o pouco que damos é generosidade, de fato, ou se é o preço de nosso conforto moral, o precinho de nossa conscienciazinha tranqüila? Resumindo, a generosidade só é uma virtude tão grande e tão gabada porque é muito fraca em cada um, porque o egoísmo é mais forte sempre, porque a generosidade só brilha, na maioria das vezes, por sua ausência... “Como o coração do homem é oco e cheio de lixo”, dizia Pascal. Porque, quase sempre, só está cheio de si mesmo.

Mas deve-se distinguir, como faço, ou mesmo opor, amor e generosidade? “Claro, a generosidade pode não ser amante”, reconhece Jankélévitch, “mas o amor é quase necessariamente generoso, pelo menos em relação ao amado e enquanto ama. Sem se reduzir ao amor, a generosidade tenderia pois, “em seu mais extremo ápice”, a se confundir com ele: “Pois, se é possível dar sem amar, é por assim dizer impossível amar sem

dar.” Que seja. Mas trata-se então de amor ou de generosidade? É uma questão de definição, e não vou brigar por causa de palavras. No entanto, a idéia de me sentir generoso em relação a meus filhos, ou mesmo de dever sê-lo, nunca me ocorreu. Há aqui amor demais, e angústia demais, para me deixar iludir. O que você faz por eles faz por você também. E para que precisa da virtude para isso? Basta o amor, e que amor! Como é que amo tanto meus filhos e tão pouco os filhos dos outros? É que meus filhos *são meus*, justamente, e eu me amo através deles... Generosidade? Que nada: apenas egoísmo dilatado, transitivo, familiar.

● ● ●
A generosidade é ao mesmo tempo consciência de sua própria liberdade (ou de si mesmo como livre e responsável) e firme resolução de bem usá-la. Consciência e confiança, pois: consciência de ser livre, confiança no uso que se fará disso. É por isso que a generosidade produz auto-estima, que é muito mais consequência dela do que seu princípio (isso distingue a generosidade cartesiana da magnanimidade aristotélica). O princípio é a vontade e nada mais que ela: ser generoso é saber-se livre para agir bem e querer-se assim. Vontade sempre necessária, para Descartes, e sempre suficiente, se efetiva. O homem generoso não é prisioneiro de seus afetos, nem de si; ao contrário, é senhor de si e, por isso, não tem desculpas nem a procurar. A vontade lhe basta. A virtude lhe basta. Nisso coincide com a generosidade no sentido comum do termo, explica-o o artigo 156: “Os que são generosos dessa maneira são naturalmente levados a fazer grandes coisas, e todavia a não empreender nada

Liberdade e vontade de agir

de que não se sintam capazes. E por não estimarem nada maior do que fazer o bem aos outros homens e desprezar seu próprio interesse, por causa disso são sempre perfeitamente corteses, afáveis e oficiosos (serviçais) para com todos. E além disso são inteiramente senhores de suas paixões, particularmente dos desejos, do ciúme e da inveja...” A generosidade é o contrário do egoísmo, como a magnanimidade o é da mesquinha. Essas duas virtudes são uma só e mesma coisa”, assim como esses dois defeitos. O que há de mais mesquinho que o eu? O que há de mais sórdido do que o egoísmo? Ser generoso é ser livre de si, de suas pequenas covardias, de suas pequenas posses, de suas pequenas cóleras, de seus pequenos ciúmes... Descartes via nisso não apenas o prin-

cípio de toda virtude, mas o bem soberano, para cada um, o qual consiste apenas, dizia ele, “numa firme vontade de agir bem e no contentamento que ela produz”. Felicidade generosa, que reconcilia, dizia ele ainda, “as duas opiniões mais contrárias e mais célebres dos antigos”, a saber, a dos epicuristas (para os quais o bem soberano é o prazer) e a dos estóicos (para os quais é a virtude). O Jardim e o Pórtico, graças à generosidade, finalmente se encontram. Que virtude é mais agradável, que prazer mais virtuoso, do que desfrutar sua própria e excelente vontade? Onde encontramos a grandeza de alma: ser generoso é ser livre, e é esta a única grandeza verdadeira.

Quanto a saber o que é feito dessa liberdade, é outra questão, mais metafísica do que moral, da qual a generosidade não depende nem um pouco. Quantos avaros acreditaram no livre-arbítrio? Quantos heróis não acreditaram? Ser generoso é ser capaz de querer, explica Descartes, e portanto de dar, de fato, quando tantos outros não sabem o que desejar, o que pedir, o que pegar... Vontade livre? Sem dúvida, pois ela quer o que quer! Quanto a saber se ela teria podido querer outra coisa, e mesmo se essa questão tem sentido (como poderíamos querer outra coisa que não a que queremos?), é um problema de que já tratei suficientemente em outro lugar, e que não tem seu lugar num tratado das virtudes.

● ● ●
Poder-se-ia preferir, é claro, que o amor bastasse. Mas, se ele bastasse, teríamos necessidade de ser generosos? O amor não está em nosso poder, nem pode estar. Quem escolhe amar? O que pode a vontade sobre um sentimento? O amor não se comanda; a generosidade sim: basta querer. O amor não depende de nós, é o maior mistério, por isso escapa às virtudes, por isso é uma graça, e a única. A generosidade depende dele, por isso é uma virtude, por isso se distingue do amor, inclusive nesse gesto do dom pelo qual, no entanto, ela se parece com ele.

Ser generoso seria, pois, dar sem amar? Sim, se é verdade que o amor dá sem precisar para tanto ser generoso! Que mãe se sente generosa por alimentar seus filhos? Que pai, por cobri-los de presentes? Eles se sentiriam antes egoístas por fazerem tanto pelos filhos (por amor? sim, mas o amor não desculpa tudo) e tão pouco pelos dos outros, ainda que infinitamente mais infelizes ou mais desprovidos que os seus... Dar, quando se ama, está ao alcance de qualquer um. Não é virtude, é graça irradiante, é plenitude de existência ou de alegria, é efusão feliz, é facilidade transbordante. Será mesmo dar, já que não se perde nada? A comunidade do amor torna todas as coisas comuns; como poderíamos nela dar prova de generosidade? Amigos de verdade, observava Montaigne, “não podem se emprestar nem se dar nada”, pois tudo é “comum entre eles”, tal como as leis, dizia ele, “proíbem as doações entre o marido e a mulher, querendo inferir com isso que tudo deve ser de

cada um e que eles não têm nada a dividir e partir juntos (compartilhar)". Como dariam entre si prova de generosidade? Que as leis mudaram, eu sei e me regozijo, pois os casais devem sobreviver tão freqüentemente ao amor, ou os indivíduos aos casais. Mas terá também o amor mudado a tal ponto, e a amizade, que necessitemos sempre de generosidade? "Sendo a união de tais amigos verdadeiramente perfeita", escrevia ainda Montaigne, "ela lhes faz perder o sentimento desses deveres, e odiar e expulsar de entre eles estas palavras de divisão e de diferença: benefício, obrigação, reconhecimento, súplica, agradecimentos, e semelhantes..." Quem não vê que a generosidade faz parte delas e que uma amizade verdadeira nada tem a ver com ela? O que eu

Amar ao próximo como a si mesmo?

poderia lhe dar, uma vez que tudo o que é meu é dele? Objetar-me-ão, e com razão, que isso só vale para as amizades perfeitas, como as que viveu Montaigne, ao que parece - e estas são tão raras... Mas é me dar razão, pelo menos quanto ao essencial: só precisamos de generosidade na falta de amor, e é por isso que, quase sempre, precisamos.

A generosidade, como a maioria das virtudes, obedece a seu modo ao mandamento evangélico. Amar ao próximo como a si mesmo? Se pudéssemos, para que a generosidade? Só precisaríamos dela justamente com nós mesmos (que só precisamos, às vezes, quando já não conseguimos nem mesmo nos amar). E para que nos mandar amar, se não podemos? Só se pode ordenar uma ação. Portanto, não se trata de amar, mas de agir *como se* amássemos - com o próximo como com nós mesmos, com um desconhecido como com nós mesmos. Não, é claro, no caso das paixões ou da afetividade singular, que não são transferíveis. Mas no caso das ações, que o são. Por exemplo, se você amasse esse estranho que sofre ou que tem fome, você ficaria sem fazer nada para ajudá-lo? Se você amasse esse miserável, você lhe recusaria o socorro que ele lhe pede? Se você o amasse *como a você mesmo*, o que faria? A resposta, que é de uma simplicidade cruel e louca, é a resposta moral e o que exige - ou exigiria - a virtude. O amor não precisa de generosidade, mas só ele infelizmente pode prescindir dela sem egoísmo e sem erro.

Nós amamos o amor e não sabemos amar. A moral nasce desse amor e dessa impotência. Existe aí uma imitação das afeições, como poderia dizer Spinoza, mas na qual cada um imita, sobretudo, as que lhe faltam... Como a polidez é uma aparência de virtude (ser polido é conduzir-se como se se fosse virtuoso),

toda virtude, sem dúvida - em todo caso toda virtude moral -, é uma aparência de amor: ser virtuoso é agir como se se amasse. Como não somos virtuosos, fingimos ser, é o que se chama polidez. Como não sabemos amar, fingimos amar, é o que se chama moral. E os filhos imitam os pais, que imitam os seus... O mundo é um teatro, a vida é uma comédia, em que, no entanto, nem todos os papéis se equivalem, e nem todos os atores. Sabedoria de Shakespeare: a moral é uma comédia, talvez, mas não há boa comédia sem moral. O que há de mais sério, de mais real, do que rir ou chorar? Fingimos, mas não é um jogo: as próprias regras que respeitamos nos constituem, para o melhor e para o pior, muito mais do que nos divertem. Representamos um papel, se quisermos, mas é o nosso, é nossa vida, é nossa história. Não há nada de arbitrário ou de contingente nisso. Nosso corpo nos leva a ele, pelo desejo; nossa infância nos leva a ele, pelo amor e pela lei. Porque o desejo quer primeiro tomar. Porque o amor quer primeiro consumir, devorar primeiro, possuir primeiro. Mas a lei o proíbe. Mas o amor o proíbe, o amor que dá e que protege. Freud está menos distante do que ele mesmo imaginava, talvez, de uma certa inspiração evangélica. Mamos o amor ao mesmo tempo que o leite, o bastante para saber que só ele podia nos satisfazer (que "sem amor não somos nada", como diz a canção) e que, portanto, ele nunca deixaria de nos fazer falta... Daí essas virtudes, às vezes, mesmo aproximadas, mesmo fracas, que são a homenagem que prestamos ao amor, quando ele está ausente, e o indício de que ele continua a valer, como exigência, mesmo quando falta, de que reina, se quisermos, onde não governa - ou ainda de que comanda (é o que se chama um valor) mesmo em sua ausência!

O amor nos falta, dizia eu, e é essa, muitas vezes, a mais segura experiência que temos dele. Fizemos dessa falta uma força, ou várias, e é a isso que chamamos virtudes.

Isso vale por exemplo, e em especial, para a generosidade. Ela nasce como exigência quando o amor falta, claro, mas não totalmente, pois pelo menos amamos o amor (*"nondum amabam et amare amabam"*¹: não saímos disso), suficientemente em todo caso para que continue a valer, como modelo ou como mandamento, quando, como sentimento, ele fracassa em triunfar ou em se expandir plenamente. E visto que daríamos, se amássemos, a generosidade nos convida, na falta do amor, a dar exatamente aos que não amamos, tanto mais por necessitarem mais ou por estarmos mais bem situados para ajudá-los.

O que é então a generosidade? "Um desejo", responde Spinoza, "pelo qual um indivíduo, a partir do simples mandamento da razão, se esforça por assistir os outros homens e estabelecer entre estes e ele um vínculo de amizade." A generosidade é, nisso, com a firmeza ou a coragem (*animositas*), uma das

duas ocorrências da força de alma: “As ações que visam apenas a utilidade do agente, refiro-as à firmeza”, explica Spinoza, “e as que visam igualmente a utilidade de outrem, a generosidade.” Portanto, há utilidade nos dois casos, utilidade do próprio sujeito. Não saímos do ego, ou só saímos dele desde que assumamos primeiro nossa exigência própria, que é a de perseverar em nosso ser, o mais possível, o melhor possível, em outras palavras, “agir e viver”. Que isso nem sempre é realizável, que às vezes é preciso morrer, e até que o é necessariamente, pois o universo é o mais forte, todos sabemos e Spinoza não desmente. Mas aquele que prefere morrer a trair, morrer a renunciar, morrer a abandonar, é ainda seu ser que ele está afirmando, é a potência vital - seu *conatus* - que ele opõe à morte ou à ignomínia, e vitoriosamente enquanto vive, e utilmente enquanto combate ou resiste. Que a virtude é afirmação de si e busca do útil próprio, Spinoza não cessa de repetir; mas também Cristo, mesmo na cruz, é o melhor exemplo disso. O útil próprio não é o maior conforto, nem sempre a vida mais longa: é a vida mais livre, é a vida mais verdadeira. Não se trata de viver sempre, pois não se pode, mas de viver bem. Mas como, sem coragem e sem generosidade?

Ter-se-á notado que a generosidade é definida como desejo, não como alegria, o que basta para distingui-la do amor ou, como diz também Spinoza, da caridade. Que a alegria possa nascer em acréscimo, e mesmo que ela seja expressamente visada, é mais que claro, pois a amizade (a que tende a generosidade) nada mais é que alegria partilhada. Mas, precisamente, a alegria ou o amor podem *nascer* da generosidade, e não se reduzir a ela ou com ela se confundir. Para fazer bem a quem se ama, não é preciso o “mandamento da razão”, nem, pois, da generosidade: basta o amor, basta a alegria! Mas, quando o amor falta, quando a alegria falta ou é muito fraca (e ainda que não interviesse a compaixão, que nos torna benevolentes), a razão subsiste, e ela nos ensina - ela, que não tem ego e, por isso, nos liberta do egoísmo - que “nada é mais útil ao homem do que o homem”, que todo ódio é ruim, enfim que “quem é conduzido pela razão deseja para os outros o que deseja para si mesmo”. É aí que a utilidade do agente encontra a de outrem e que o desejo se faz generoso: trata-se de combater o ódio, a cólera, o desprezo ou a inveja - que não passam de tristezas e de causas de tristezas - pelo amor, quando ele existe, ou pela generosidade, quando ele não existe. Pode ser que aqui (tratando-se da distinção entre o amor e a generosidade) eu force um pouco o texto, que é equívoco. Mas não seu espírito, que é claro: “o ódio deve ser vencido pelo amor”, a tristeza pela alegria, e é função da generosidade - como desejo, como virtude - tender a isso ou esforçar-se para isso. A generosidade é desejo de amor, desejo de alegria e de partilha, e a própria alegria, pois o generoso se regozija com esse desejo e ama pelo menos nele esse amor do amor. Lembramo-nos da forte definição de Spinoza: “O amor é uma alegria que acompanha a idéia de uma causa externa.” Amar o amor, por conseguinte, é rego-

zizar-se com a idéia de que o amor existe, ou existirá; mas é também esforçar-se por fazê-lo advir, e é a própria generosidade: ser generoso, diria eu, é esforçar-se por amar e agir em consequência disso. A generosidade se opõe assim ao ódio (e ao desprezo, e à inveja, e à cólera, sem dúvida também à indiferença...), assim como a coragem se opõe ao medo, ou, em geral, assim como a firmeza de alma se opõe à impotência e a liberdade à escravidão. Ainda não é a salvação, pois isso não nos dá nem a beatitude, nem a eternidade; mas essas virtudes nem por isso deixam de ser para nós “as primeiras dentre as coisas”. Estão ligadas ao que Spinoza chama “uma conduta reta da vida”, “regras de vida”, “preceitos da razão”, ou, simplesmente, “moralidade”. Porque não é verdade que se deva viver além do bem e do mal, pois não é possível. Nem, contudo, que a moral dos tristes ou dos censores possa nos convir. O que intervéem aqui é uma moral da generosidade, que conduz a uma ética do amor. “Agir bem e manter-se alegre”, dizia Spinoza; o amor é a finalidade, a generosidade é o caminho.

Desejo de alegria e partilha

A generosidade, dizia Hume, se fosse absoluta e universal, nos dispensaria da justiça; e vimos que isso, de fato, podia se conceber. É claro, por outro lado, que a justiça, mesmo consumada, não poderia nos dispensar da generosidade, por isso esta última é socialmente menos necessária, e humanamente, parece-me, mais preciosa.

● ● ●
A generosidade nos eleva em direção aos outros, poderíamos dizer, e em direção a nós mesmos enquanto libertos de nosso pequeno eu. Aquele que não fosse nem um pouco generoso, a língua nos adverte que seria baixo, covarde, mesquinho, vil, avaro, cupido, egoísta, sórdido... E todos nós o somos, no entanto nem sempre ou completamente: a generosidade é o que nos separa dessa baixeza ou, às vezes, nos liberta dela.

Notemos, para concluir, que a generosidade, como todas as virtudes, é plural, tanto em seu conteúdo como nos nomes que lhe prestamos ou que servem para designá-la. Somada à coragem, pode ser heroísmo. Somada à justiça, faz-se equidade. Somada à compaixão, torna-se benevolência. Somada à misericórdia, vira indulgência. Mas seu mais belo nome é seu segredo, que todos conhecem: somada à doçura, ela se chama bondade.

* Sponville, André Comte - “Pequeno Tratado das Grandes Virtudes”, Livraria Martins Fontes Editora, 1999, pg 97. Tradução de Eduardo Brandão.

A CAPACIDADE DE DOAR

Jurandir Freire Costa*

*Ao recebermos
qualquer coisa do
outro, contraímos uma
dívida e uma culpa,
das quais nos
redimimos ao doar*

Um dos mais tenazes preconceitos criados pelo utilitarismo vulgar é a idéia de “interesse como posse ou aquisição”. Aprendemos que tudo o que pensamos, sentimos e fazemos é motivado pelo interesse em possuir alguma coisa. Assim, todo apetite, desejo ou aspiração teria como causa o interesse, manifesto ou oculto, de “possuir” o objeto visado. Essa idéia se converteu em uma espécie de jargão cultural inconsciente. A vida, diz-se, é um cálculo, consciente ou inconsciente, que visa a regular a economia da posse. Amamos, dominamos o outro, buscamos o prazer, o poder, a felicidade e a virtude por interesse em possuir. E se, por acaso, atiramos no próprio pé, ainda assim descobriremos, cedo ou tarde, um estranho e ignoto interesse em possuir, sob a aparência do gesto insensato. Nada escapa ao fôlego felino da intenção possessiva. O que mantém tanto tempo em cartaz esse interesse? Dois motivos me parecem importantes. O primeiro se relaciona ao intelectualismo, ao universalismo e ao racionalismo em filosofia. O utilitarismo vulgar, em oposição a esses ideais filosóficos, afirma que interesses concretos e não especulações desencarnadas são os móveis da ação. A ação é desse mundo, ou melhor, de algum lugar no mundo onde dominam os interesses paroquiais, irreduzíveis a normas válidas e extensíveis a todos. O segundo motivo se deve ao prestígio dos ataques intelectuais à tradição moral cristã e às versões truncadas da concepção rousseauiana da natureza humana. Bem ao gosto de algumas correntes do romantismo filosófico-literário, o utilitarismo vulgar reage ao “intelectualismo frio”, afirmando o direito dos corpos, paixões e pulsões de ocuparem a cidade. Cansados da ética protestante e afinados com o espírito do

capitalismo, dizemos que não somos seres etéreos, hibernando em céus de idéias puras. O que nos excita e leva à ação nada tem de bom-mocismo ou de histórias edificantes. Nossa matéria-prima são os pecados capitais, portanto, lá onde o interesse está, a verdade do “desejamos” deve advir. Diz-me em que

te interessas e te direi quem és! A idéia de interesse, nesse patamar metafísico, embora insinuante, é trivial. O que tudo explica, nada explica. Qualquer conceito que pretende esgotar a inteligibilidade do que analisa, a partir de um único ponto de vista, incorre no mesmo engano. Mas, usada no sentido pragmático corrente, a noção pode ter utilidade, desde que possamos ver suas vantagens e desvantagens. Uma das grandes vantagens da idéia de “interesse” é, sem dúvida, nos liberar da tarefa de sermos anjos em corpos de mamíferos falantes. O intelectualismo racionalista e universalista acabou por fabricar ideais de vida em franca contradição com os reais modos de viver. A ação, sem dúvida, obedece às “razões da Razão”, mas também às “razões do coração”, como disse Pascal. Desconhecer, isso é, produzir tensões, conflitos e sofrimentos desnecessários. A grande desvantagem do “interesse”, na vulgata utilitarista, é a sedução da imagem de “interesse como sinônimo de posse”. Acreditar que só agimos porque queremos reter ou acumular é dar provas da mais flagrante miopia em relação ao que somos ou fazemos. Redenção pela doação Ninguém melhor que Winnicott, um dos três ou quatro grandes nomes da história da psicanálise, mostrou o equívoco dessa opinião. Winnicott, ao descrever os interesses do indivíduo do “self”, em linguagem técnica, dá ênfase especial a um deles, a capacidade de se preocupar com o outro, expressa no “interesse de

doação”. Para o autor, a dádiva, o dom, a doação, não são ornamentos dispensáveis da vida subjetiva. A doação é uma obrigação, um ímpeto em demasia, um excesso da vida criativa que não pode ser entesourado, sob pena de grave desequilíbrio psíquico. A doação é a contrapartida psíquica da aquisição. Ao recebermos qualquer coisa do outro, contraímos uma dívida e uma culpa, das quais nos redimimos ao doar. **A doação não é, de forma necessária, “bondosa”. Podemos doar por generosidade -em gratidão, amor ou reconhecimento ao que nos foi dado- como podemos doar por egoísmo -em casos de ostentação perdulária, na disputa por sucesso e poder sociais. Mas, se não pudermos doar, de alguma maneira, nos arriscamos, simplesmente, a perder o “interesse” por nossa vida e pela vida do outro.** O impedimento de doar produz, assim, defesas emocionais que se tornam compulsivas porque visam a anular o sentimento de “superfluidade” e “futilidade” dos que se percebem como incapazes ou impossibilitados de doar. Esse conflito assume várias configurações psicológicas. Por exemplo, o sujeito, diante de ideais despóticos de perfeição, pode experimentar uma drástica desmoralização na auto-estima, já que a desmedida da exigência torna insignificante tudo o que ele tem para oferecer. Em outros casos, o autocentramento, o desdém e a prepotência daquele a quem o dom se destina, rebaixa o valor de toda dádiva oferecida. Enfim, se a tentativa de doar se revela infrutífera, o sujeito pode ser levado a se apropriar de qualquer coisa do outro, bens ou vida, para ter a experiência de poder dar ou negar a alguém alguma coisa de valor. A teoria winnicottiana da “oferenda” nos ajuda a entender, um pouco mais, o sentido de alguns fenômenos dramáticos da vida urbana moderna. O bloqueio do circuito da doação fixa o sujeito na posição da “posse”, levando-o a agir de forma, muitas vezes, predatória e autodestrutiva, com o intuito de recuperar o próprio sentido de viver. A destruição cega de bens materiais ou culturais; a brutalidade de assassinatos, à primeira vista, gratuitos; o moderno sentimento de solidão e abandono individuais; a epidemia de depressões ou de maus-tratos corporais auto-infligidos; a busca de autovalorização por

meio do prazer independente do outro, como nas drogadições etc. são alguns dos sinais da atrofia cultural do “interesse de doação”. **Não nos tornamos “delinquentes”, anti-sociais, “narcisistas”, deprimidos, obcecados pela domesticação do corpo e por sensações corporais extáticas apenas porque queremos devorar tudo e todos, segundo a lei do consumo. Tornamo-nos cronicamente insatisfeitos, infelizes, abatidos, ansiosos, impiedosos, truculentos, apáticos ou “resignados” porque nos fazem ver, sentir e pensar que nada do que somos ou temos desperta o menor “interesse”, “admiração”, “cuidado” ou amor do outro.** A volatilidade dos valores baseados em preferências idiossincráticas; a obsolescência precoce dos emblemas de distinção socioeconômica; o aumento acelerado do número de pessoas consideradas “marginais”, “improdutivas” e “descartáveis”; e, finalmente, a exclusão da maioria, até do píffio e asfíxiante universo do consumismo, tornam o que possuímos sem valor, e o que doamos, irrelevante. Antes de nos tornarmos definitivamente mutilados em nossa vida mental, talvez seja interessante ouvir o que pessoas como Winnicott têm a dizer. Quem sabe, conhecer melhor um grande, discreto e simpático pensador seja um passo a mais no processo de revalorização de nossas vidas e de nossa capacidade de doar.

* Jurandir Freire Costa é psicanalista, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e autor de *“A Inocência e o Vício”* (Relume-Dumará) e *“Sem Fraude nem Favor”* (Rocco). Ele escreve mensalmente na seção *“Brasil 500 d.C.”*, da Folha. E-mail: jfreirecosta@alternex.com.br